

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Oppen Social realiza pesquisas diversas que têm como objetivo atender ao escopo dos clientes a partir das contratações realizadas. Para tanto, obtém dados das mais diversas natureza, sempre com o intuito de processá-los para atender pontualmente às demandas para as quais é contratada, sem qualquer finalidade de, por si só, comercializar as informações obtidas.

A presente Política de Proteção de Dados da Oppen Social tem como objetivo fornecer orientações sobre como ocorre a coleta, uso, dentre outros tratamentos, das informações e dados pessoais daqueles que fornecem essas informações no curso das pesquisas realizadas.

Este documento é um dos produtos inseridos no Programa de Conformidade da Oppen Social à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Marco Civil da Internet e outras leis setoriais sobre o tema.

2. DEFINIÇÕES

DADOS PESSOAIS: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Também são considerados dados pessoais aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“LGPD”): Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

DADO PESSOAL SENSÍVEL: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

DADO ANONIMIZADO: Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento

BANCO DE DADOS: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

TITULAR: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

CONTROLADOR: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

OPERADOR: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

ENCARREGADO: Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

AGENTES DE TRATAMENTO: O controlador e o operador.

TRATAMENTO: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

ANONIMIZAÇÃO: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

CONSENTIMENTO: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

3. ABRANGÊNCIA

A presente **Política de Proteção de Dados da Oppen Social** alcança todos os processos de tratamento de dados pessoais digitais e físicos dos titulares que tenham qualquer relacionamento com a empresa, ou seja, abarca empregados, parceiros, fornecedores, clientes, entrevistados, entre outros.

4. DA FORMA E PROCESSO DE TRATAMENTO

A Oppen Social, realizará o tratamento de dados pessoais observando a boa-fé e transparência, guiada pelos pilares dispostos no artigo 6º, I ao X, da Lei 13.709/2018:

FINALIDADE: Os dados serão tratados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

ADEQUAÇÃO: O tratamento ocorrerá em compatibilidade com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto apresentado;

NECESSIDADE: O tratamento será limitado ao mínimo necessário para a realização das suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

LIVRE ACESSO: É garantido aos titulares, meio de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

QUALIDADE DOS DADOS: É garantido, aos titulares, exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

TRANSPARÊNCIA: É garantida, aos titulares, informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

SEGURANÇA: Os dados serão tratados mediante a utilização de formas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

PREVENÇÃO: Como parte do programa de proteção de dados da Oppen Social, haverá a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

NÃO DISCRIMINAÇÃO: Os dados jamais poderão ser utilizados para realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS: A Oppen Social demonstrará, sempre que necessário, a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

5. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

A Oppen Social ocupa quanto ao tratamento de dados pessoais essencialmente a posição de **controlador**, podendo seus prepostos assumirem a posição de **operador**.

A LGPD não exige o consentimento do **titular** para a realização de estudos promovidos por órgão de pesquisa (nos termos dos Arts. 7º, IV e 11, II, c) da LGPD), ressaltando a necessidade de **anonimização** dos **dados pessoais** sempre que possível.

O **consentimento** é indispensável para os **dados pessoais** e para os **dados pessoais sensíveis** que não possam ser **anonimizados**.

A Oppen Social coleta alguns **dados pessoais**, de acordo com o disposto nesta seção.

5.1. Dados informados por pelo titular

A Oppen Social coleta dados do titular a partir das entrevistas realizadas por telefone, pessoalmente e nos demais meios autorizados, como nome, documento de identificação, endereço, data de nascimento, gênero, número de telefone, e-mail, assim como dados socioeconômicos, dados de ensino e outros dados que se façam necessários para o atendimento da pesquisa.

5.2. Dados sensíveis

Os dados pessoais sensíveis fornecidos pelo titular, obtidos com o devido consentimento ou mesmo aqueles obtidos nas hipóteses em que é dispensável, serão tratados na forma do artigo 11, da Lei 13.709/2018.

5.3. Dados de crianças e adolescentes

Caso ocorra a coleta de dados de crianças e adolescente, a mesma será feita em seu melhor interesse, da legislação pertinente e mediante consentimento específico dos pais ou responsáveis, nos termos do artigo 14 da Lei 13.709/2018.

6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

A Oppen Social não aluga, vende ou cede os dados pessoais dos titulares para nenhuma empresa externa, fora do escopo do contrato para o qual a pesquisa é realizada. O acesso a

esses dados pessoais também é restrito à Oppen Social e à empresa contratante do Oppen Social.

A Oppen Social se reserva o direito de acessar, ler, preservar e divulgar todo e qualquer dado que julgue, a seu exclusivo critério, ser necessário para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou ordem judicial; ou proteger os direitos, propriedade ou segurança da Oppen Social e seus clientes.

7. ARMAZENAMENTO DE DADOS

A Oppen Social armazenará os dados pessoais coletados pelo tempo necessário para cumprimento das finalidades para as quais eles são coletados, incluindo obrigações legais, contratuais, de prestação de contas ou requisição de autoridades competentes.

No caso de solicitação de exclusão de informações, a Oppen Social se reserva o direito de preservar e divulgar todo e qualquer dado que julgue, a seu exclusivo critério, ser necessário para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias ou derivadas de ordem judicial; ou proteger os direitos, propriedade ou segurança da Oppen Social e de seus clientes.

Na Oppen Social são armazenadas informações voluntariamente recebidas, restringindo sua utilização e tratamento dentro dos limites consentidos previstos nesta política de privacidade e consentidos.

8. TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

Nos termos do disposto no artigo 15, da Lei 13.709/2018, o término do tratamento de dados pessoais pela Oppen Social ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- . Verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- . Fim do período de tratamento;
- . Comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou
- . Determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto na LGPD.

9. USO DOS DADOS COLETADOS

Em qualquer caso, o tratamento de dados pessoais sensíveis somente ocorrerá para atender a finalidades específicas expressas nesta política ou devidamente informadas ao titular por outros meios.

Os dados, em geral, são coletados com as seguintes finalidades de atender aos objetivos da solicitação de pesquisa da entidade contratante e entrar em contato com o titular dos dados para obtenção do termo de consentimento e respostas.

A coleta de dados de crianças e adolescentes acontece quando o titular fornece os dados devidamente consentidos pelos responsáveis.

Os dados de crianças e de adolescentes que coletamos são utilizados exclusivamente com as finalidades de atender aos objetivos da solicitação de pesquisa da entidade contratante, após a Oppen Social entrar em contato com o (a) responsável pelo (a) titular dos dados para obtenção do termo de consentimento e respostas e permitir e informar a (o) responsável pelo (a) titular

modos de comunicação com a empresa dos dados sobre a política de privacidade e meios de comunicação com a empresa.

Eventualmente, outros tipos de dados não previstos expressamente nesta Política de Privacidade poderão ser coletados, desde que sejam fornecidos com o consentimento do titular, ou, ainda, que a coleta seja permitida com fundamento em outra base legal.

Em qualquer caso, a coleta de dados e as atividades de tratamento dela decorrentes serão informadas aos titulares.

10. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PESSOAIS E OUTROS DIREITOS

Na forma dos artigos 17 a 22 da Lei 13.709/2018, os titulares de dados pessoais terão o direito, mediante simples requisição de:

- . Confirmar a existência de tratamento;
- . Acesso aos dados;
- . Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- . Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- . Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- . Eliminar os dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- . Ser informado das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- . Ser informado sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- . Revogar o consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º, da LGPD.

Para acessar as informações pessoais do banco de dados basta entrar em contato com: para pesquisa@oppen.social | Telefone (27)3207-6052 | Endereço postal: Av Saturnino Rangel Mauro, 488, Jardim da Penha, CEP 29.060-768, Vitória/ES.

Destaca-se, ainda, que poderão ver as informações pessoais apenas coordenadores, operadores e os clientes contratantes. Nenhuma informação pessoal poderá ser divulgada publicamente.

Por fim, a Oppen Social busca adotar as melhores práticas de trabalho de proteção e segurança de suas plataformas e informações armazenadas.

11. BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA

A fim de adequação de procedimentos em alinhamento com a Lei 13.709/2018 e as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, a Oppen Social garante o tratamento dos dados pessoais coletados com integridade e segurança, de acordo com padrões de segurança da informação.

De todo modo, considerando que imprevistos e violações estão sujeitas a ocorrer em qualquer circunstância, a Oppen Social garante que na ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, informará imediatamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, nos termos do artigo 48, da Lei 13.709/2018.

Nos termos do artigo 50, da Lei 13.709/2018, os Controladores e Operadores responsáveis pelo tratamento de dados da Oppen Social, poderão estabelecer regras de boas práticas e de governança, contendo informações sobre regime de funcionamento, reclamações norma de segurança, dentre outros.

12. ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Essa Política de Proteção de Dados pode passar por atualizações. Dessa forma, recomenda-se visitar periodicamente a página da Oppen Social para que se tenha conhecimento sobre as modificações.

Vitória/ES, 22 de junho de 2021.